

**AO JUÍZO DA XXXX VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES
DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXX-UF.**

**Autos nº
AÇÃO DE ALIMENTOS**

FULANO DE TAL, menor impúbere, representada por sua genitora **FULANO DE TAL**, ambas devidamente qualificadas nos autos do processo eletrônico em epigrafe, vem por intermédio da por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, apresentar sua

IMPUGNAÇÃO POR RÉPLICA

tendo em vista a juntada da contestação e documentos pela parte requerida (ID de nº , pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados.

Dos fatos e fundamentos jurídicos:

A presente demanda foi ajuizada com o objetivo de se obter fixação de obrigação alimentícia a ser paga pelo Requerido no importe de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração bruta dele.

No momento do ajuizamento da inicial, a Requerente acreditava que o Requerido era empregado pela empresa TAL, na

função de entregador, pela qual baseou-se na remuneração do respectivo trabalho para elaborar seus pedidos.

Na decisão interlocutória de ID nº , a magistrada fixou os alimentos provisórios em 15% (quinze por cento) sobre a remuneração bruta do Requerido, remetendo ofício ao empregador para que procedesse aos descontos necessários, bem como determinou a expedição de carta precatória de citação.

O Requerido foi regularmente citado e apresentou a contestação (ID de nº), argumentando apenas que está desempregado e não possui vínculo empregatício com nenhuma empresa, vivendo apenas de trabalhos informais.

Contudo, dos argumentos trazidos pelo requerido é possível deduzir que ele tem plena capacidade econômica de prover o sustento da filha Requerente, pois como ele mesmo afirmou está exercendo atividade laborativa informal.

Assim, os documentos anexados a contestação ficam impugnados, pois não se prestam para comprovação de que o requerido não auferia nenhuma renda.

O Requerido não se insurgiu com o dever de sustento da filha nem ofertou qualquer valor de contribuição, pois sabe que pode perfeitamente sustentar a filha menor.

Por seu turno, a Requerente necessita que suas necessidades básicas já descritas na exordial sejam supridas.

Neste toar se faz necessário a fixação dos alimentos com base na atual situação de trabalho autônomo do Requerido.

Valer ressaltar que a genitora da Requerente possui informações exatas sobre os ganhos reais do Requerido, mas acredita que ele continue com renda mensal em torno de R\$ (XXXXXX reais).

Diante do exposto, reitera-se os termos da exordial e considerando a nova situação de emprego autônomo do Requerido, pugna-se pela fixação de alimentos no valor correspondente a 30% sobre os ganhos auferidos pelo Requerido.

Em sede de especificação de provas, pugna pela quebra do sigilo bancário do requerido, bem como a realização de pesquisas BACENJUD (com a requisição dos extratos bancários do requerido relativos aos últimos seis meses), RENAJUD, tudo para se averiguar a real capacidade econômica do Requerido.

Também em especificação de provas, a autora requer que o INSS seja oficiado para que informe se o requerido já está trabalhando novamente com vínculo empregatício.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

Defensor Público